

ÍNDICE

Capítulo 1 — Síntese histórica	17
<i>Resumo</i>	21
Capítulo 2 — Seguridade Social	24
2.1. Saúde	25
2.2. Previdência Social	28
2.3. Assistência Social	29
2.4. Principais diferenças existentes entre os institutos integrantes da Seguridade Social	31
<i>Jurisprudência</i>	31
2.5. Organização da Seguridade Social	32
2.5.1. Previdência Social	32
2.5.2. Saúde	33
2.5.3. Assistência Social	33
2.5.4. Conselhos Setoriais	34
<i>Jurisprudência</i>	35
2.6. Princípios da Seguridade Social	38
2.6.1. Princípios constitucionais gerais	38
2.6.2. Princípios constitucionais próprios da Seguridade Social	39
a) Princípio da universalidade de cobertura e do atendimento (art. 194, parágrafo único, I, da CF)	39

b) Princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais (art. 194, parágrafo único, II, da CF)	40
c) Princípio da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços (art. 194, parágrafo único, III, da CF)	42
d) Princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios (art. 194, parágrafo único, IV, da CF)	42
e) Princípio da equidade na forma de participação no custeio (art. 194, parágrafo único, V, da CF).....	43
f) Princípio da diversidade da base de financiamento (art. 194, parágrafo único, VI, da CF)	44
g) Princípio do caráter democrático e descentralizado da administração (art. 194, parágrafo único, VII, da CF).....	45
h) Princípio da preexistência ou precedência de custeio (art. 195, § 5º, da CF)	46
2.6.3. Princípios constitucionais específicos	47
a) Solidariedade	47
b) Preexistência do custeio em relação ao benefício	47
2.7. Financiamento para a Seguridade Social	48
2.7.1. Forma indireta	49
2.7.2. Forma direta	49
2.7.3. Natureza jurídica	50
2.7.4. Contribuições para a Seguridade Social	53
a) Previstas no art. 195 da CF	53
b) Contribuições para PIS/PASEP (art. 239 da CF).....	53
c) Outras fontes	54
<i>Jurisprudência</i>	55
2.7.5. Competência para instituir novas contribuições	59
2.7.6. Regime jurídico das contribuições sociais	60
2.8. Prescrição e decadência	61
2.8.1. Decadência	61
2.8.1.1. Contagem do prazo	62

2.8.1.2. Outros prazos decadenciais	62
2.8.2. Prescrição	63
2.8.2.1. Contagem do prazo	63
<i>Jurisprudência</i>	64
2.9. Remissão e anistia	69
2.10. Regras específicas sobre benefícios	69
2.10.1. Competência <i>ex officio</i> da Justiça do Trabalho para cobrança das contribuições previdenciárias	71
<i>Jurisprudência</i>	71
<i>Resumo</i>	74
Capítulo 3 — Legislação previdenciária	79
3.1. Fontes do Direito Previdenciário	79
3.2. Aplicação das normas previdenciárias	84
3.2.1. Vigência	84
3.2.2. Interpretação e hermenêutica	84
3.2.2.1. Métodos de interpretação	85
a) Gramatical ou literal	85
b) Lógica	85
c) Teleológica ou finalística	85
d) Sistemática	86
e) Histórica	86
f) Autêntica, legal ou legislativa	86
g) Extensiva ou ampliativa	86
h) Restritiva ou limitativa	86
i) Sociológica	86
3.2.3. Métodos de integração	87
a) Analogia	87
b) Costume	87
c) Princípios gerais de direito	87
<i>Jurisprudência</i>	87
Capítulo 4 — Da Previdência Social	94
4.1. Regimes previdenciários	94

4.1.1. Regime Geral de Previdência Social — RGPS	94
4.1.2. Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos — RPPS.....	95
4.1.3. Regime de Previdência Complementar.....	95
4.1.4. Regime Próprio dos Militares	96
<i>Jurisprudência</i>	97
4.2. Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social — RGPS ..	99
4.2.1. Segurados	99
4.2.1.1. Segurados obrigatórios	100
a) Empregado (art. 11, I, <i>a</i> , da Lei n. 8.213/91 e arts. 2º e 3º da CLT.....	100
b) Empregado doméstico (art. 11, II, da Lei n. 8.213/91)..	102
b.1) Diferenças entre o empregado e o empregado doméstico	103
c) Trabalhador avulso (art. 11, VI, da Lei n. 8.213/91).....	103
d) Contribuinte individual (art. 11, V, da Lei n. 8.213/91)	105
e) Segurado especial	106
4.2.1.2. Segurado facultativo	107
4.2.1.3. Servidor público vinculado ao RPPS	108
4.2.2. Dependentes	108
4.2.2.1. Dependentes de 1ª classe	109
a) Cônjuge	110
b) Companheiro (a)	110
c) Filhos	110
4.2.2.2. Dependentes de 2ª classe	111
4.2.2.3. Dependentes de 3ª classe	111
<i>Jurisprudência</i>	112
4.3. Aquisição, manutenção e perda da qualidade de segurado ..	115
4.3.1. Aquisição da qualidade de segurado	116
4.3.1.1. Filiação	116
4.3.1.2. Inscrição ..	117
4.3.2. Manutenção e perda da qualidade de segurado	118
4.4. Perda da condição de dependente	120
4.5. Carência	120
4.5.1. Aposentadoria por invalidez e auxílio-doença	121

4.5.2. Aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria especial	121
4.5.3. Salário-maternidade	121
4.5.4. Aposentadoria por idade do empregado rural (art. 3º da Lei n. 11.718/2008).....	122
4.5.5. Benefícios que independem de carência (art. 26 da Lei n. 8.213/91)	122
4.5.6. Início do cômputo da carência	123
<i>Jurisprudência</i>	125
<i>Resumo</i>	129
Capítulo 5 — Financiamento da Previdência Social	138
5.1. Introdução	138
5.2. Sujeito ativo da relação jurídica de cotização	139
5.3. Sujeito passivo da relação jurídica de cotização	139
5.4. A imunidade das contribuições da Seguridade Social	140
<i>Jurisprudência</i>	143
<i>Resumo</i>	148
Capítulo 6 — Contribuição do segurado	149
6.1. Introdução	149
6.2. Cálculo do valor dos benefícios	149
6.2.1. Salário de benefício	149
6.2.2. Salário de contribuição	150
6.2.3. Cálculo do salário de contribuição	151
6.2.4. Contribuição de atividades concomitantes	153
6.2.5. Renda mensal do benefício	153
6.2.6. Abono anual	154
6.3. Parcelas que não integram o salário de contribuição	154
6.4. Apuração da contribuição devida	157
6.4.1. Breve noção	157
6.4.2. Empregado, inclusive o doméstico e o trabalhador avulso	158
6.4.3. Contribuinte individual e contribuinte facultativo....	159
6.4.4. Segurado especial (art. 25 da Lei n. 8.212/91)	161

<i>Jurisprudência</i>	161
<i>Resumo</i>	164
Capítulo 7 — Contribuição de empresa e do empregador doméstico..	168
7.1. Hipótese de incidência	168
7.2. Base de cálculo e alíquotas	170
7.3. Contribuições especiais com alíquotas diferenciadas e substitutivas da contribuição patronal (art. 195, § 9º, da CF) ...	171
7.3.1. Contribuição empresarial da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional (art. 22, §§ 6º e 11, da Lei n. 8.212/91)	171
7.3.1.1. Hipótese de incidência	171
7.3.1.2. Base de cálculo e alíquota	172
7.3.2. Contribuição do produtor rural pessoa física (art. 25 da Lei n. 8.212/91)	172
7.3.2.1. Hipótese de incidência	172
7.3.2.2. Base de cálculo e alíquota	172
7.3.3. Contribuição do produtor rural pessoa jurídica (art. 22-A da Lei n. 8.212/91)	173
7.3.3.1. Hipótese de incidência	173
7.3.3.2. Base de cálculo e alíquota	173
7.4. Contribuição da microempresa (Supersimples ou Simples Nacional)	174
7.4.1. Das vedações ao Simples Nacional	175
<i>Jurisprudência</i>	177
<i>Resumo</i>	180
Capítulo 8 — Responsabilidade solidária	182
8.1. Introdução	182
8.2. Hipóteses de exclusão da responsabilidade solidária	184
8.3. Responsabilidade da Administração Pública	184
8.4. Hipóteses de supressão da responsabilidade solidária	184
<i>Jurisprudência</i>	184
<i>Resumo</i>	187

Capítulo 9 — Do Regime Geral de Previdência Social	189
9.1. Regras constitucionais	190
9.1.1. Vedação de adoção de critérios diferenciados	190
9.1.2. Vedação de concessão de benefícios inferiores ao sa- lário mínimo	191
9.1.3. Correção de todos os salários de contribuição	191
9.1.4. Preservação do valor real dos benefícios	191
9.1.5. Gratificação natalina para aposentados e pensionistas	192
9.1.6. Sistema de inclusão previdenciária para trabalha- dores de baixa renda	192
9.1.7. Contagem recíproca para fins de aposentadoria.....	192
9.1.8. Conselho Nacional de Previdência Social — CNPS ...	193
<i>Resumo</i>	193
Capítulo 10 — Benefícios do Regime Geral de Previdência Social ..	196
10.1. Introdução	196
10.2. Cálculo das prestações	197
10.2.1. Cálculo das prestações do inciso I do art. 20 do PBPS...	198
10.2.2. Cálculo das prestações do inciso II do art. 20 do PBPS..	200
<i>Resumo</i>	201
Capítulo 11 — Benefícios em espécie	203
11.1 Benefícios devidos aos segurados	203
11.1.1 Aposentadoria por invalidez.....	203
11.1.1.1. Requisitos para a concessão do benefício	204
11.1.1.2. Data de início do benefício	205
11.1.2. Aposentadoria por idade	207
11.1.2.1. Requisitos para a concessão do benefício	207
11.1.2.2. Data do início do benefício	208
11.1.2.3. Trabalhador rural	209
11.1.3. Aposentadoria por tempo de contribuição	210
11.1.3.1. Data do início do benefício	213
11.1.3.2. Aposentadoria do professor	213
11.1.3.3. Tempo de contribuição	214
11.1.4. Aposentadoria especial	219

11.1.4.1. Requisitos para a concessão do benefício	220
11.1.4.2. Data do início do benefício	223
11.1.4.3. Valor do benefício	223
11.1.4.4. Periculosidade e penosidade	223
11.1.5. Auxílio-doença	224
11.1.5.1. Requisitos para a concessão do benefício	224
11.1.5.2. Data do início do benefício	226
11.1.6. Salário-família	228
11.1.7. Salário-maternidade	230
11.1.7.1. Renda mensal do benefício	233
11.1.7.2. Considerações acerca da Lei n. 11.770/2008...	234
11.1.8. Auxílio-acidente	234
11.2. Benefícios devidos aos dependentes	238
11.2.1. Pensão por morte	238
11.2.2. Auxílio-reclusão	240
11.3. Acumulação de benefícios	241
11.4. Pagamento dos benefícios	241
11.5. Pagamento judicial	242
11.6. Abono anual	242
11.7. Seguro-desemprego	243
11.8. Benefício assistencial	244
11.8.1. LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8.742/93).....	245
11.8.1.1. Dos Benefícios de Prestação Continuada – BPC- -LOAS	245
11.8.1.2. Dos benefícios eventuais.....	246
11.9. Pensão especial aos portadores de deficiência física decor- rente do uso da talidomida – Lei n. 12.190/2010	247
<i>Jurisprudência</i>	248
<i>Resumo</i>	250
Capítulo 12 — Dos serviços da Previdência Social	265
12.1. Do serviço social	265
12.2. Da habilitação e da reabilitação profissional	266

<i>Jurisprudência</i>	269
<i>Resumo</i>	273
Capítulo 13 — Desaposeitação	276
13.1. Natureza jurídica da aposentadoria	276
13.2. Conceito de desaposeitação	277
13.3. Assegurada a contagem recíproca	277
13.4. Inexistência de previsão legal	278
<i>Jurisprudência</i>	280
<i>Resumo</i>	282
Capítulo 14 — Cadastro Nacional de Informações Sociais — CNIS ..	283
<i>Jurisprudência</i>	284
<i>Resumo</i>	288
Capítulo 15 — Previdência complementar	289
15.1. Introdução	289
15.2. Características e finalidades	290
15.3. Princípios	290
15.4. Sistema	291
15.5. Ação do Estado	292
15.6. Equilíbrio financeiro e atuarial	292
15.7. Entidades fechadas	293
15.7.1. Constituição	293
15.7.2. Objetivo	294
15.7.3. Classificação	294
15.7.4. Hipóteses obrigatoriamente previstas nos planos de benefícios (art. 14 da LC n. 109/2001)	294
15.8. Entidades abertas (arts. 36 a 40 da LC n. 109/2001)	295
15.8.1. Obrigações das entidades abertas	296
15.8.2. Principais diferenças entre as entidades abertas e fechadas	297
15.9. Natureza do contrato de previdência privada complementar..	298

15.10. Concessão dos benefícios	298
15.11. Do regime disciplinar	298
15.11.1. Das penalidades (art. 65 da LC n. 109/2001)	299
15.12. Intervenção e liquidação extrajudicial	300
15.12.1. Habilitação e levantamento do balanço geral e das demonstrações contábeis (arts. 50 a 53 da LC n. 109/ 2001).....	302
15.13. Previdência fechada de entes públicos	304
15.13.1. Planos de benefícios (art. 3º da LC n. 108/2001) ...	304
15.13.1.1. Reajustes	304
15.13.2. Do custeio (arts. 6º e 7º da LC n. 108/2001)	305
15.13.3. Estrutura (arts. 8º a 20 da LC n. 108/2001)	305
<i>Jurisprudência</i>	307
<i>Resumo</i>	309
Capítulo 16 — Crimes contra a Seguridade Social	315
16.1. Noções introdutórias	315
16.2. Crimes em espécie	315
16.2.1. Apropriação indébita previdenciária	315
16.2.1.1. Natureza do crime	316
16.2.1.2. Dolo	316
16.2.1.3. Causa de extinção da punibilidade	316
16.2.2. Sonegação de contribuição previdenciária	317
16.2.2.1. Natureza do crime	318
16.2.2.2. Dolo	318
16.2.2.3. Causa de extinção da punibilidade	318
16.2.2.4. Perdão judicial	318
16.2.3. Falsificação de documento público	319
16.2.3.1. Natureza do crime	319
16.2.4. Inserção de dados falsos em sistema de informações... ..	320
16.2.4.1. Natureza do crime	320
16.2.4.2. Dolo	320
16.2.5. Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	320

16.2.5.1. Natureza do crime	320
16.2.5.2. Dolo	321
16.2.5.3. Causa de aumento de pena	321
16.2.6. Estelionato	321
16.2.6.1. Natureza do crime	321
<i>Jurisprudência</i>	322
<i>Resumo</i>	328
Capítulo 17 — Infrações à legislação previdenciária	331
17.1. Obrigações acessórias	331
17.2. Das infrações punidas com multa a partir de R\$ 636,17 ...	332
17.3. Das infrações punidas com multa a partir de R\$ 6.361,73 ...	333
17.4. Valores diferenciados	335
17.5. Circunstâncias agravantes da penalidade	336
17.6. Circunstâncias atenuantes da penalidade	337
17.7. Gradação das multas	337
<i>Jurisprudência</i>	338
<i>Resumo</i>	342
Capítulo 18 — Recursos das decisões administrativas	346
18.1. Da justificação administrativa	347
18.2. Órgãos julgadores	347
18.2.1. Juntas de Recurso	348
18.2.2. Câmaras de Julgamento	348
18.2.3. Conselho Pleno	348
18.3. Prazo de interposição	348
18.4. Efeitos	348
18.5. Depósito prévio	349
18.6. Princípios próprios do processo administrativo	349
a) Legalidade objetiva.....	349
b) Oficialidade.....	349
c) Informalismo.....	349
d) Verdade material	349
e) Garantia de defesa	350

<i>Jurisprudência</i>	350
<i>Resumo</i>	353
<i>Anexo I — Verificação de aprendizagem</i>	355
<i>Referências</i>	441